

## **Relatoria integrada da Região da América do Sul**

Os e as assistentes às reuniões da Região Sul-Americana chegamos às seguintes conclusões de convergência:

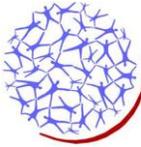
### **1. Sobre a concepção de universalismo e seguridade social**

O universalismo ao que se aspira para a Região está atrelado ao conceito de cidadania ampliada, de responsabilidade do Estado e predomínio público e, portanto, não deve ser condicionado à capacidade de pagamento das pessoas. É um conceito vinculado aos princípios de solidariedade, de integralidade e de equidade, na medida em que reconhece a diversidade das necessidades humanas e aponta a uma redistribuição da riqueza. Nesta perspectiva, a seguridade social deve garantir os direitos humanos interdependentes, como o trabalho, a educação, a moradia digna, a terra, a saúde, a previdência social e os riscos profissionais, para priorizar a proteção da vida digna e do bem-estar das pessoas na ação dos Estados e nas sociedades, acima do fortalecimento do mercado e da concentração da riqueza.

### **2. Sobre os desafios**

A partir do reconhecimento de um predomínio de reformas dos sistemas de seguridade social na Região claramente orientadas por valores liberais e privatizações dos serviços e instituições para favorecer a acumulação global de capital, avançar no sentido de construir sistemas universais de seguridade social implica uma série de disputas que devem acontecer em diferentes planos:

- 2.1.No plano ideológico, a necessidade de confrontar os valores liberais predominantes que se sustentam no individualismo e na defesa da propriedade e da acumulação acima de tudo, para propiciar transformações culturais para uma ética solidária, inclusiva, sustentada na dignidade humana, em todos os cenários da vida cotidiana, públicos e privados.
- 2.2.No plano econômico, é fundamental confrontar o mito da inviabilidade financeira do universalismo, para passar a uma compreensão social e estatal dos efeitos econômicos de priorizar o investimento em seguridade social. Implica também afetar a concentração da propriedade, a estrutura da produção e o modelo de desenvolvimento para fazê-lo sustentável, orientado ao bem-estar, com relações trabalhistas formais, justas, estáveis e dignas. Igualmente, a disputa no plano econômico requer a construção de estruturas tributárias progressivas e a reorientação da distribuição dos recursos para a prioridade do investimento público, com rigoroso controle estatal e social.
- 2.3.No plano político, o elemento central é a democratização radical das sociedades. Isto implica afetar a estrutura dos sistemas políticos de representação e de participação, de maneira que se possa transformar as instituições do Estado, em seus espaços legislativo, executivo e judicial.
- 2.4.No plano da mobilização social, o aprofundamento do debate cotidiano sobre a universalidade mediante novas formas de relação entre diferentes sujeitos políticos, hoje desarticulados e com divergências persistentes, para a



identificação de convergências e a construção de unidade política e estratégica, nos âmbitos local, nacional, regional e global. A mobilização implica numa participação cidadã ativa, com novos espaços públicos deliberativos e decisórios, com capacidade de controle social da coisa pública.

2.5.No plano internacional, o reconhecimento da dimensão global do desafio da universalização da seguridade social implica na urgência de propiciar ação internacional sustentada, baseada na solidariedade entre as organizações, e aproveitar os espaços existentes intergovernamentais, que contam com mecanismos de representação da sociedade civil, para afetar as agendas políticas internacionais.

### **3. Sobre a agenda**

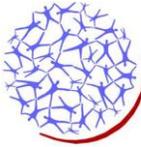
Com respeito da agenda, foram apresentadas propostas em duas grandes estratégias:

#### **3.1.Mobilização social:**

- Difusão imediata dos produtos desta Conferência em todos os espaços existentes das organizações sociais nos países.
- Convocar a conferências nacionais que contribuam para a unidade da sociedade civil em torno ao universalismo na seguridade social e que sejam preparatórias para conferências regionais e para a Segunda Conferência Mundial.
- Desenvolver processos locais e nacionais de educação política com todos os meios disponíveis.
- Propiciar a criação de novos espaços locais e nacionais de participação e controle social efetivos e incidentes nas decisões públicas sobre seguridade social.
- Gerar mecanismos de aproximação a atores estratégicos sociais e políticos, tais como estudantes, universidades, jovens e líderes e partidos políticos.

#### **3.2.Internacionalização:**

- Comunicado a governos progressistas da Região para demandar seu apoio na inclusão dos sistemas universais de seguridade social na agenda política regional.
- Desenvolver um mecanismo de incidência na agenda da Unasul e nos espaços intergovernamentais sub-regionais existentes.
- Desenvolver um Observatório Regional em Seguridade Social Universal, que se alimente de aportes locais e nacionais, em quatro eixos estratégicos: fundamentos jurídicos, estrutura da proteção social, funcionamento e financiamento. Esta instância deve permitir por o conhecimento a serviço do desenvolvimento de propostas técnicas específicas.
- Sustentar conexões internacionais entre os processos nacionais da sociedade civil orientado a fortalecer dinâmicas sub-regionais.
- Articulação decidida da Região ao Fórum Mundial de Saúde e Seguridade Social.



#### **4. Proposta de moções de solidariedade:**

São propostas as seguintes expressões de solidariedade por parte da Conferência:

- Com o povo do Haiti, pela grave crise humanitária derivada da exploração global.
- O povo de Honduras, pela agudização do conflito político que tem implicado em mortes seletivas.
- Aos povos originários de Formosa (Argentina) pela perseguição à que vêm sendo submetidos.
- Ao povo cubano por sua heróica resistência ao bloqueio internacional.
- Um chamado à paz mundial, ameaçada pelo recrudescimento do conflito nas Coreias.
- Com os povos indígenas da Amazônia brasileira e pela ratificação da Convenção 169.